

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.544.701 - SP (2019/0208920-2)

RELATOR : MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
AGRAVANTE : CALÇADOS FIO TERRA EIRELI
ADVOGADOS : MÁRCIO DE FREITAS CUNHA - SP190463
DANIEL RADI GOMES - SP255096
AGRAVADO : RENATO BATISTA CASTRO
ADVOGADO : ANA CAROLINA FONTES MIRON - SP394215

DECISÃO

Trata-se de agravo interno interposto por CALÇADOS FIO TERRA EIRELI contra a decisão de fls. 275/276 (e-STJ), da Presidência desta Corte, que não conheceu do agravo em recurso especial por incidência do art. 932, III, do Código de Processo Civil/2015.

As razões do recurso afirmam que foram enfrentados todos os fundamentos da decisão de admissibilidade nas razões do agravo em recurso especial.

É o relatório.

DECIDO.

Tendo em vista a manifestação do recorrente, faz-se imperiosa a reconsideração da decisão agravada.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

"Apelação Ação declaratória de inexistência de débito, cumulada com pedido de tutela antecipada de urgência e indenização por danos morais Procedência parcial Protesto de título em nome da empresa autora Reconhecimento da ilegitimidade da cobrança de duas das três duplicatas protestadas que também não merece ser mantida - Legitimidade do protesto destes títulos evidenciada, atento à nota fiscal eletrônica exibida pela ré e demais dados probatórios constantes dos autos Protesto que merece ser mantido Aplicação da pena por litigância de má-fé à autora Descabimento Requisitos não configurados Pedido de condenação da autora no pagamento de indenização por danos morais Inadmissibilidade Propositura de ação que configura exercício regular de um direito - Ação que deve ser julgada procedente para manter a cobrança das duplicatas objeto do presente recurso, afastando-se, entretanto, os pedidos de condenação da autora por litigância de má-fé e no pagamento de danos

Superior Tribunal de Justiça

morais feitos no apelo da ré Recurso parcialmente prov ido" (fl. 201 e-STJ).

No recurso especial, o recorrente alega, além de divergência jurisprudencial, a violação dos arts. 481 e 482 do Código Civil, 1º e 2º da Lei nº 5.474/1968.

Sustenta que houve cerceamento de defesa pelo julgamento antecipado da lide e que não ocorreu a entrega dos produtos, inexistindo a *causa debendi*.

A irrisignação não merece prosperar.

Verifica-se que a questão atinente ao cerceamento de defesa pelo julgamento antecipado da lide não foi objeto de debate pelas instâncias ordinárias, sequer de modo implícito, e não foram opostos embargos declaratórios com a finalidade de sanar vício porventura existente.

Assim, ausente o requisito do prequestionamento, incide o disposto na Súmula nº 282/STF: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada."*

Quanto à inexistência da dívida, as conclusões da Corte de origem acerca do mérito da demanda decorreram da análise do conjunto fático-probatório carreado aos autos, o que se pode facilmente aferir a partir da leitura dos fundamentos do julgado atacado, que ora se colaciona, na parte que interessa:

"(...)

No caso, é de se observar, primeiramente, que restou incontroverso nos autos que as partes mantiveram relações comerciais.

Nota-se que a ré logrou apresentar cópia da nota fiscal nº 000001927 (fls. 91) que deu ensejo a emissão dos títulos em questão (fls. 93, 96 e 99), estando acompanhada com o respectivo comprovante de entrega das mercadorias, o que se afigura suficiente para evidenciar, em princípio, a legitimidade da emissão das cambiais, nos termos do dispositivo legal supracitado.

Não merece guarida a impugnação feita pela demandante, na réplica à contestação, à assinatura que consta no comprovante de recebimento relativo à nota fiscal supracitada, uma vez que o ônus da prova de que referida assinatura seria de pessoa não autorizada caberia à apelada, atento a regra do art. 373, inciso I do novo CPC (art. 333, inc. I, do CPC/73), de modo que, não tendo a autora se desincumbido deste ônus, não há como acolher-se esta sua assertiva.

(...)

Deve-se ressaltar, outrossim, que o endereço constante na nota fiscal nº 000001927 é o mesmo que aparece na inicial da ação e na procuração outorgada ao patrono da autora, como sendo da sede da empresa.

A demandante nada mencionou a respeito deste endereço,

Superior Tribunal de Justiça

não negando que corresponderia ao de sua propriedade, assim como também não negou que as mercadorias teriam sido entregues neste local. Ressalte-se, mais ainda, que a demandante não recorreu da sentença que reconheceu como devida a cobrança da duplicata nº 1927 B/C, no valor de R\$ 11.594,96, que, como afirmado pela ré, também tem origem na nota fiscal nº 000001927, evidenciando, assim, que teria reconhecido o recebimento das respectivas mercadorias.

Ademais, conferindo-se as intimações de protestos emitidos pelos 1º e 2º Tabeliães de Notas e Protesto de Títulos de Franca (fls. 20/21), pode-se verificar que efetivamente correspondem às duplicatas mercantis de nº 0001927 C/C e 0001927 A/C, ambas no valor de R\$ 10.744,00, emitidas em 07.11.2016, com vencimento em 20.12.2016 e 20.11.2016 respectivamente, ou seja, estas duas duplicatas também têm relação com a nota fiscal nº 000001927, conforme demonstrado pela apelante.

O que ocorreu é que os números 170-85 e 166-58, dizem respeito ao número de protocolo destes títulos nos respectivos tabeliães de notas e não ao número das duplicatas, conforme deu a entender a apelada.

Este fato pode ser facilmente comprovado nos autos analisando-se os ofícios remetidos por estes tabelionatos ao Juízo de Direito da Comarca de Franca informando sobre o cumprimento da determinação de suspensão dos respectivos protestos (fls. 106 e 112), haja vista que nos dois documentos está expresso que as duplicatas 0001927 C/C e 0001927 A/C correspondem aos protocolos de nº 170-0208/2017-85 e nº 00166-02/08/2017-58 respectivamente. Sendo assim, forçoso reconhecer que estes dois títulos também dizem respeito à nota fiscal nº 000001927 (fls. 91), devendo ser mantida a cobrança das mesmas assim como ocorreu em relação à duplicata nº 1927 B/C" (fls. 204/206 e-STJ)

Nesse contexto, denota-se que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que se mostra inviável ante a natureza excepcional da via eleita, a teor do enunciado da Súmula nº 7 deste Superior Tribunal.

Outrossim, não cabe a este Superior Tribunal de Justiça reexaminar as premissas de fato que levaram o tribunal de origem a tal conclusão, sob pena de usurpar a competência das instâncias ordinárias, a quem compete amplo juízo de cognição da lide.

Ante o exposto, reconsidero a decisão de fls. 275/276 (e-STJ), e conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Na origem, os honorários sucumbenciais foram fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, os quais devem ser majorados para o patamar de 12,5% (doze e meio por cento) em favor do advogado da parte recorrida, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, observado o benefício da gratuidade da justiça, se for o caso.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Intimem-se.

Brasília-DF, 06 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator